



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FRANCIELE MARIANE BECKER

MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO
BRASIL EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

FLORIANÓPOLIS
2012

FRANCIELE MARIANE BECKER

**MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO
BRASIL EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Monografia submetida ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito obrigatório para obtenção do grau de
Bacharelado.

Orientador: Prof.Dr. Helton Ricardo Ouriques

FLORIANÓPOLIS
2012

FRANCIELE MARIANE BECKER

**MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO
BRASIL EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO**

Monografia apresentada para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo atribuída a nota 8,0 a aluna Franciele Mariane Becker na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho à Banca Examinadora.

Florianópolis.... dede 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Presidente

Prof. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti
Membro

Prof. Fabiana Araújo Diniz
Membro

Dedico este trabalho ao meu avô Manoel (em memória), incentivador de minha educação e o qual me inspirou na busca pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o qual espiritualmente me deu força e luz para percorrer esta jornada.

Agradeço aos meus pais Quivo e Lucia, e minhas irmãs Arlete e Laurete, que me apoiaram e acreditaram em minha dedicação.

Agradeço ao meu namorado Jeison pela paciência e companheirismo nas horas dedicadas a este projeto e a sua mãe Marliza qual dedicou suas horas vagas para me ajudar na correção e revisão dos textos.

Agradeço em especial a Família Fiúza que me acolheu em sua casa me considerando como membro desta família, em especial a minha amiga Marionara membro desta família, que sempre foi meu ombro confessor de minhas angústias e sofrimentos, me aconselhando e apontando o lado positivo de tudo, esta capaz de arrancar gargalhadas de mim nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos professores de Ciências Econômicas e ao Departamento de Economia e relações internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina por compartilharem comigo o conhecimento.

Ao Polo Universitário de Jacuizinho promotor desta união com a UFSC.

Ao tutor Luciano pela atenção com todos nesta jornada.

Em especial ao meu orientador Prof. Helton Ricardo Ouriques por aceitar a me orientar, e com paciência e dedicação compreender meus momentos de aflição na elaboração deste projeto.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho. Meu muito obrigado.

*Pior arquiteto melhor abelha, o primeiro
concebe previamente o trabalho que vai
realizar, enquanto a abelha lavora
instintivamente.*

Marx, 1971

*Quanto mais conhecimento conseguimos
acumular, mais entendemos que ainda falta
muito para aprendermos.*

Max Gehringer

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os impactos da globalização contemporânea sobre o mercado de trabalho brasileiro no final do século XX. Neste sentido, a globalização é destacada como fator de difusão das transformações no mundo do trabalho, intensificada pela ascensão do neoliberalismo nos anos 1980, responsável pelas mudanças nas relações entre capital e trabalho. Com o aumento da concorrência capitalista, ocorre o processo de reestruturação produtiva, refletindo maiores exigências no mundo do trabalho. Devido ao processo de globalização e informatização, foram exigidos dos trabalhadores mais flexibilidade e habilidade na produção, destacando a importância da qualificação da força de trabalho. No Brasil, os efeitos da globalização foram sentidos mais intensamente pela força de trabalho. Em 1990, a flexibilização dos contratos, a terceirização e precarização das condições de trabalho levaram a população ao desemprego. Para reduzir o déficit de mercado, o governo impulsionado pelos sindicatos trabalhistas, buscaram ações voltadas à qualificação profissional. De modo que o trabalhador se adequasse a informatização tecnológica e readequasse o sistema fabril e organizacional.

Palavras-Chave: Globalização, Trabalho, Qualificação da mão de obra, Brasil.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.2 OBJETIVOS | 14 |
| 1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> | 14 |
| 1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> | 14 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 15 |
| 1.4 METODOLOGIA | 17 |
| CAPÍTULO 2 - GLOBALIZAÇÃO: UMA SÍNTESE | 19 |
| 2.1 Globalização Contemporânea | 22 |
| CAPÍTULO 3 - MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO EM ESCALA GLOBAL | 27 |
| 3.1 As transformações no mercado de trabalho na passagem do fordismo para o toyotismo | 31 |
| 3.2 As mudanças mundiais | 32 |
| 3.3 Os impactos sobre os trabalhadores: terceirização e precarização | 33 |
| 3.4 A qualificação como alternativa dos trabalhadores para a “sobrevivência” no mercado de trabalho..... | 34 |
| CAPÍTULO 4 - MUDANÇAS RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL | 36 |
| 4.1 A Qualificação em tempos de Globalização | 38 |
| CONCLUSÃO | 48 |
| REFERÊNCIAS | 51 |

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Cientes que hoje em dia o mercado de trabalho tem exigido cada vez mais dos profissionais e a evolução da economia também exige mão de obra qualificada para atuar em diversificados setores do mercado de trabalho, esta monografia visa discutir a relevância da qualificação de mão de obra, abordando as influências geradas pela globalização, considerando-se que as realidades e problemas mundiais passam a pertencer à coletividade e as exigências são cada vez maiores pelo surgimento da competitividade.

O processo sócio histórico do capitalismo, a globalização, e a entrada de multinacionais são considerados fatores fundamentais das transformações no mundo do trabalho, atingindo todas as classes profissionais. Diante disso, os setores do trabalho tiveram de se adaptar as novas exigências do mercado de trabalho. (FONSECA, 2011 apud BRASIL, 2011).

A qualificação da força de trabalho deixou de ser elemento de segundo plano, perante as transformações ocorridas diante da globalização. A modernização se tornou elemento fundamental para as empresas que concorriam em grande mercado, sendo previsível a qualificação em massa da mão de obra, Silver (2005) destaca, “[...] pressões competitivas globais forçaram empregadores do mundo todo a dar seqüência à implementação do novo sistema de ‘produção flexível’, sob pena de perecer na luta competitiva” (SILVER, 2005, p.22).

O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a qualificação e educação profissional é de fundamental importância, através do desenvolvimento de projetos voltados para áreas relacionadas à qualificação profissional.

Nos países em desenvolvimento é abordada a importância dos sindicatos em desenvolver projetos de qualificação profissional, junto a políticas públicas e sociais, a educação profissional é ação a ser direcionada ao governo, Lima e Lopes (2005) abordam de acordo com a síntese.

[...] Políticas de qualificação e educação profissional, tanto no âmbito privado das empresas quanto no âmbito público das ações do Estado, geralmente ignoram ou tratam como objeto aqueles que são os verdadeiros sujeitos de tais políticas - os trabalhadores. Então, uma hipótese pode ser formulada: a não participação dos trabalhadores na definição das políticas (diretrizes, conteúdos, métodos, etc.) e no controle social não seria uma importante causa do fracasso? Caso respondamos afirmativamente, os sindicatos tradicionais são os mecanismos mais eficientes de participação? Não seria preciso um novo tipo de representação sindical, para além dos marcos do corporativismo, um “sindicato-cidadão”? (LIMA, 1999, apud LIMA; LOPES, p.10, 2005).

O sinônimo empregado, entre qualificação profissional, capacitação profissional, educação e formação profissional, expõe a importância gerada pelo trabalho em torno do caráter social do conhecimento nele empregado. A importância do tema qualificação vem sendo, há algum tempo, relacionado à economia do trabalho, sociologia do trabalho e sociologia da educação, destacando a relação entre educação e trabalho (CF.GÓMEZ et al, 1989, apud LIMA; LOPES, p.11, 2005).

No passado, as carreiras eram menos competitivas, não havia tanta oferta de cursos superiores e as vagas eram limitadas. Atualmente, os profissionais que atuam no mercado e os futuros interessados das novas gerações que se formam e decidem suas áreas, buscam a qualificação, pois o mercado está cada vez mais exigente.

Ao analisar o desenvolvimento da economia no Brasil, nas últimas décadas do século XX, Pochmann (2011) destaca mudanças e controvérsias nos setores de ocupação e nas questões de qualificação profissional. Na década de 1970 havia grande preocupação em preencher vagas, pois a economia crescia em torno de 7% ao ano, devido a isso, o governo militar implantou programas de qualificação para suprir as demandas de contratação.

De acordo com Dippas (1999) o mundo da década de 1970 passava por crise econômica, neste período era adotada nova estrutura econômica, parte disso era composto pelo novo processo de globalização e novos recursos financeiros, predominava a concorrência acirrada e a busca imediata pela acumulação de riqueza. (apud BULHÕES, 2004).

A crise da dívida externa da década de 1980 arrefeceu com a economia nacional, e os problemas vieram a surgir devido à precariedade das ocupações. A mão de obra que se encontrava em escassez na década anterior, neste período presenciava o aumento do número de trabalhadores. O governo precisava tomar medidas para dar suporte a estes trabalhadores e em 1986 criou o seguro desemprego, junto dele, também foram criados postos de trabalho por meio do crédito e capacitação, mas devido à implantação do receituário neoliberal e a flexibilização nos contratos, o mercado de trabalho da década de 1990 foi marcado pela informalidade, desemprego e precarização das condições do trabalho.

De acordo com Pochmann (2006), a partir da década de 1990 o Brasil foi marcado por um quadro de baixa expansão da economia, a economia nacional apresentava um baixo ritmo de crescimento. Estes fatores foram fundamentais para que ocorresse a estagnação da renda por habitante.

No decorrer da década de 1990, o mercado de trabalho foi muito afetado pelas alterações que ocorreram na economia brasileira (Mattoso; Baltar, 1997; Baltar, 2003; Pochmann, 1999; Diesse, 2001). A maneira como o país se inseriu no processo de

globalização, foi particularmente desfavorável ao mercado de trabalho, modificações nas leis comerciais ocorridas na década provocaram mudanças cambiais internas, valorizando a moeda nacional. O crescimento globalizado inadequado, e a inserção incorreta do mercado de trabalho na economia afetaram individualmente as ocupações setoriais.

No artigo “Qualidade das Ocupações no Brasil” Pochmann (2006) destaca: “[...] o baixo ritmo de expansão da economia nacional, acompanhado de taxa reduzida de investimento, e a natureza da reinserção externa do Brasil, tornam o aumento do emprego associado, na maior parte das vezes, caracterizado pela ínfima qualidade ocupacional.” (POCHMANN, 2006, p.22).

Pochmann (2006) reforça, o crescimento da economia está indiretamente associado à geração de emprego, diante disso, a qualidade ocupacional deve estar voltada a oferecer mão de obra com potencial de rendimento econômico, tecnológico e cronológico, capaz de sustentar os postos de trabalho que surgem.

A mão de obra qualificada é de grande valor para os profissionais que iniciam em suas carreiras e para aqueles que já atuam no mercado de trabalho. O Brasil apresenta deficiência escolar relativa à profissionalização e as bases escolares tem papel de desenvolver projetos voltados para educação profissional, desta maneira é possível que se reduza o déficit na qualificação profissional. (MARZULLO, 2011, p.13).

Em pesquisa promovida pelo PNAD em 2007, a pedido do MEC, e com o auxílio do IBGE, foram coletadas informações a respeito da educação profissional e aspectos complementares da educação de jovens e adultos, a partir de dados adquiridos do perfil dos estudantes de cursos de qualificação profissional e de formação técnica, além das instituições onde eram ministrados os cursos educacionais. Constatou-se que o curso para qualificação profissional é procurado por aqueles que desejam se qualificar para trabalhar, por mais que não seja recompensado no nível escolar, já os que optam por formação técnica possuem um diploma regulamentado, e possibilidade de trabalhar profissionalmente. (AGUAS, 2011, p.16).

Para Pochmann (2008), a escola no Brasil tem função de transformação, e os jovens devem se qualificar primeiro para enfrentar o mercado de trabalho, evitando a defasagem da mão de obra. Destaca ele:

[...] No Brasil isso já é uma realidade para os filhos dos ricos. Esses jovens só começam a trabalhar depois de cursar faculdade, pós-graduação e fazer intercâmbio com outros países [...],

[...] O caso dos jovens de famílias pobres é diferente, assinala Pochmann. “[...] Não há igualdade de oportunidades. Os jovens mais pobres precisam trabalhar para

ajudar a família e acabam saindo da escola e entrando no mercado de trabalho sem a preparação necessária para exercer um bom cargo e receber um bom salário” (POCHMANN, 2008.p.web).

De acordo com Velasco (2006), o país desenvolve políticas que criam a formação e qualificação profissional para a classe de jovens pobres, o que garante qualificação e educação para cidadania e empreendedorismo. Mas isso não garante a inserção dos jovens no mercado de trabalho, o que deixa de ser considerado foco do governo. (apud RITTER; REIS, 2009).

Estudos feitos em torno da qualificação profissional, pelas fundações do PNAD de 2007, FGV 2010 e outro na PED 2008 apontam as seguintes informações “[...] pessoas que frequentam cursos de qualificação profissional apresentam, em geral, melhores resultados em termos de emprego e remuneração que as demais, e que a renda per capita está associada positivamente à qualificação do trabalhador, seja via cursos, treinamentos, seja pelo nível de escolaridade”. (IPEA, 2008, p.217).

Outro fato constatado pela pesquisa sobre a qualificação profissional ressalta que a maioria das pessoas entrevistadas afirmou ter realizado algum curso de capacitação e o fizeram com recursos próprios, ou seja, a maior parte das pessoas custeia suas atividades de formação profissional. Esse fato mostra o grande peso que o setor privado tem na oferta de treinamento profissional no Brasil. Por outro lado, traz uma preocupação importante para se refletir, a definição da qualificação para cada nível de renda, pois pode acarretar em menor taxa de capacitação profissional entre os mais pobres, e com isso constituir-se em um mecanismo de manutenção das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro. (IPEA, loc.cit)

Constata-se que menos de 14% do total da faixa etária de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior, implicando num menor índice de força de trabalho qualificada. Pochmann (2011):

Apesar dos inegáveis avanços verificados recentemente, o Brasil precisa avançar muito mais, recuperando o atraso acumulado historicamente pelo sistema educacional, especialmente no momento em que se transita para a chamada sociedade do conhecimento [...] O desafio está lançado e o Brasil não pode mais se apequenar. (Pochmann, 2011)¹.

¹ Disponível em <http://revistaforum.com.br/marciopochmann/2011/05/02/escassez-da-forca-de-trabalho-qualificada/>.

Para que a força de trabalho não se perca diante da globalização, é preciso que investimentos sejam feitos na base da educação, qualificando os trabalhadores para o mercado de trabalho.

Isso é possível oportunizando aos jovens acesso as universidades gratuitas, e principalmente investindo na melhoria da qualidade de ensino fundamental e médio, reformulando os currículos escolares, dando ênfase a cursos profissionalizantes nas séries finais, onde o aluno possa ingressar no mercado de trabalho de acordo com a demanda exigida. Com isso, os profissionais contribuirão para a evolução e progresso nacional, pois o país estará se modernizando e acompanhando as exigências globais.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O Objetivo geral da pesquisa é apresentar, em suas linhas gerais, os principais impactos da globalização contemporânea sobre o mercado de trabalho do Brasil, com ênfase nos processos de qualificação e requalificação da força de trabalho.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais impactos da globalização e do processo de reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho.
- Apresentar as principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho em escala mundial.
- Descrever as mudanças no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas do século XX e os impactos sobre os trabalhadores.

1.3 JUSTIFICATIVA

A atual justificativa aborda a qualificação profissional, diante de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, tomado por profundas mudanças causadas pela globalização e pelo progresso tecnológico. A qualificação profissional tem sido ponto de discussões no processo de desenvolvimento do mercado produtivo do trabalho.

De acordo com Salm e Fogaça (1998) as últimas décadas do século XX foram marcadas por mudanças estruturais nas economias, como acirramento da concorrência intercapitalista e inovações tecnológicas, transformando as novas formas de produzir e organizar a produção, determinando alterações nas estruturas de emprego e de qualificações.

A economia internacionalizada do fim do século XX disseminou novas tecnologias de produção e novos métodos de organização do trabalho, definindo novos perfis ocupacionais, que exigiam maior nível de escolaridade e maior atenção das bases de ensino, que seriam responsáveis pela formação profissional, de acordo com a necessidade do mercado globalizado. Estas necessidades serão supridas pelo desenvolvimento de habilidades intelectuais e de domínio do conhecimento técnico e científico fundamentais para a qualificação profissional.

A reestruturação produtiva do Brasil na década de 1990 baseava-se em um novo modo sistêmico e potente, vinculado ao toyotismo apresentou novas tecnologias microeletrônicas, produção variada e heterogênea, com o objetivo de atender um número maior de consumidores, fundamentado no trabalho operário em equipe, com funções multivariadas. Por isso era necessário adotar o processo de novas qualificações operárias para que o capital continuasse a se valorizar e a mão de obra estivesse especializada para atender a demanda de produção globalizada.

Para que os trabalhadores correspondam como força de trabalho atuante no novo capitalismo é necessário que estejam qualificados e aptos aos novos modelos de informatização, robótica e organização do trabalho, adequando-se aos novos processos de qualificação profissional. A qualificação profissional neste momento desponta enquanto demanda para as necessidades tecnológicas e de gestão, como componente fundamental para a reestruturação produtiva, e com a finalidade de fomentar o novo modelo de produção que domina mundialmente a economia.

Mas para que isso ocorra é necessário que o Estado tenha um papel atuante, servindo como ferramenta de financiamentos, trazendo mais desenvolvimento em educação para o país.

Atuando como instrumento de desenvolvimento econômico, solucionando as falhas de mercado de trabalho e criando melhores condições de produção.

1.4 METODOLOGIA

Os métodos a serem utilizados para aprofundar a pesquisa do trabalho se referem à capacidade metodológica. Procura-se conhecer a realidade, através do estudo do caso, definindo suas características e seus problemas por meio de informações adquiridas a cada capítulo, planejando o delineamento dos dados adquiridos em caráter exploratório.

A metodologia empregada possui a finalidade de expressar o fator de desenvolvimento do mercado de trabalho no país, integrada a qualificação profissional e economia globalizada.

A pesquisa será derivada do setor de serviços do país, na geração de empregos formais e no desenvolvimento do PIB, se unirá aos dados de instituições que investigam e abordam as situações relacionadas à qualidade das ocupações no Brasil.

É um tipo de pesquisa em que se pretende “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p.100, grifo do autor, apud ZANELLA, 2011, p.37).

Para analisar o conhecimento teórico e permitir a cientificidade do estudo da pesquisa utilizamos dados relacionados à pesquisa qualitativa.

A expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. “Tem por objetivo traduzir e expressar os sentidos dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.” (MAANEN, 1979, p.520 apud NEVES, 1996).

Dada à análise científica a ser utilizada na discussão da metodologia, a pesquisa irá decorrer com bases de fontes secundárias, como, publicações de órgãos governamentais, livros referentes ao tema, trabalhos científicos, jornais e revistas impressas, também sites de fonte segura.

Os dados colhidos serão apresentados no desenvolver do trabalho, conforme esboço descrito. Serão apontadas as políticas governamentais do país como ponto introdutório para o desenvolvimento do tema e problema proposto.

Nos referentes capítulos enunciados no trabalho serão apontadas informações coletadas em livros, teses e outros trabalhos científicos de instituições governamentais, ONGs que venham abordar o assunto, sintetizando a área tema e problema.

A pesquisa se desenvolverá de acordo com o uso de materiais do estudo nacional da qualificação profissional, apontando os desafios enfrentados pela sociedade, as decorrentes

mudanças que viabilizam realidade social e econômica, e os resultados do mercado de trabalho nos crescentes processos de modernização e globalização.

Como técnica de trabalho os dados coletados se definirão como expositivo e descritivo, tornando clara a referente abordagem da pesquisa.

Delimitando o tempo, o projeto se desenvolverá em dados das últimas décadas do século XX, destacando fatos ocorridos na década de 1990, que influenciam as estatísticas seguintes ocorridas.

O âmbito da pesquisa é nacional, utilizando-se do site do Ministério do Trabalho e Emprego. A fundamentação teórica dos dados coletados foi retirada de artigos publicados pelo IPEA, DIEESE, IBGE.

CAPÍTULO 2 - GLOBALIZAÇÃO: UMA SÍNTESE

Nos últimos tempos, o termo Globalização anuncia a “nova fase de acumulação das economias capitalistas”, inserindo um novo modelo de internacionalizar a produção, aderindo à entrada de investimentos externos, concorrência dos mercados internacionais e influência mútua dos mercados financeiros e produtivos. (GONÇALVES, 1999 apud CARIO, 2011 p.135).

Cario (2011) destaca a influência das políticas domésticas de liberalização e desregulamentação para ocorrência da globalização, abrangendo países desenvolvidos e periféricos. Os países que aderiram à nova política de expansão procuravam sair da crise com a liberação de capitais e abertura de mercado. Para que ocorresse o processo seria necessária a implantação de tecnologia voltada à produção mundial.

Therborn (2001) refere-se à globalização como precursor da diversidade de fenômenos sucedidos em caráter mundial, difundindo impactos na sociedade, como o comportamento dos grupos sociais. A desigualdade entre grupos é característica aparente, pois divide oportunidade e capacidade, agindo apenas pela produção de valores, explorando e impondo o poder, excluindo os demais ou os dividindo em capacitados ou não para o processo de trabalho.

O conceito de globalização pode ser definido de variadas formas, associando o conhecimento atribuído como a essência para o novo, ou aos valores econômicos integrados aos modelos do comércio, investimento, produção e empreendimento que vem para diversificar o ponto de vista empregado na globalização. A particularidade gerada pelo seu poder sócio-político emprega-se a sua própria organização social, deixando de lado os papéis do estado, a responsabilidade social está vinculada às preocupações com ecologia e meio ambiente.

A globalização é mais do que um conceito, ela é também um modo de enfocar a realidade, caracterizada por conteúdo atual, predominando os aspectos econômicos, culturais e ecológicos. De acordo com a história o processo de globalização é marcado por fenômenos mais antigos que se manifestam hoje em dia como transformação social. (THERBORN, 2001).

Santos (2001) associa globalização à exclusão, definindo o desenvolvimento do capitalismo mundial como decorrência dos fatores excludentes. A ideologia formulada serviria como o modelo a ser seguido pelos países periféricos, com proposta moderna de tecnologia avançada pela sociedade ocidental industrializada. Para se inserir em uma

economia globalizada, o padrão a ser seguido propunha “[...] incorporar atitudes, valores e novos padrões de comportamentos, mais adequados ao usufruto das oportunidades que as sociedades capitalistas oferecem a todos os seus cidadãos”. Manter o processo de educação em desenvolvimento era de fato o valor mais importante, e que definiria a inclusão ou exclusão no padrão globalizado. (SANTOS, 2001, p.170-171).

Segundo Lino e Dias (2001) o processo de globalização favorece uma minoria e exclui a maioria. Para países da Ásia a repercussão é positiva deste processo, diferente dos países da África e América Latina, onde se apresenta um choque negativo, este aspecto negativo é empregado à busca pela produção, que detém a substituição da força de trabalho por máquinas, pois estas produzem e suportam a produção necessária pela competitividade empregada.²

Silver (2005) destaca, em 1999 os fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) foram destinados 75% para países de alta renda, o total recebido pelos EUA superou o valor recebido pela América Latina, Ásia, África, Europa centro oriental. Isso veio para estremecer países que receberam os baixos investimos, de certa forma a classe trabalhadora se enfraqueceu, devido à migração de capital produtivo para os países poderosos.

No entanto, onde houve investimento do capital produtivo, ocorreu o surgimento e fortalecimento de novas classes. Entre 1970 e 1980, Brasil, Espanha, África do Sul, Coreia do Sul e outros, foram considerados milagres econômicos, fundamentados em mão de obra barata, e expansão das indústrias com produção em massa. Nesses lugares surgiu um forte movimento trabalhista, que reivindicava melhores salários e condições de trabalho.

Desta forma, Silver (2005) é categórico ao informar a importância dos movimentos trabalhistas do final do século XX, que transformaram a organização da produção sobre o trabalho não apenas para as grandes indústrias produtoras, mas para a ramificação que rodeia e depende da produtividade. Segundo Silver; “[...] quanto mais globalizadas as redes de produção, mais amplas são as potenciais ramificações geográficas das interrupções, incluindo aí aquelas causadas pelos trabalhadores”. (SILVER, 2005, p.23).

Os estudos dos movimentos trabalhistas são voltados para o fim do século XX, devido à “globalização contemporânea que é [ser] um divisor histórico fundamental”, ou seja, os fatos ocorridos nos movimentos do trabalho, sendo em escala mundial ou pelo envolvimento de políticas globais que estiveram sob influência de fatos ocorridos no século XIX, como a

² Lino Domingos , Dias Elizabeth Costa – Texto : A Globalização Da Economia e os Impactos Sobre a Saúde e Segurança Dos Trabalhadores. Para consulta ver site www.saudeetrabalho.com.br/download/global-lino.doc.

migração, maneira que os trabalhadores encontraram de protestarem sobre as condições de trabalho, destaca Silver (2005).

Em dados fornecidos por World Labor Group (WLG), Silver (2005) aponta fatos ocorridos ao longo do século XX, que identificam as influências globais no mundo do trabalho. A indústria automobilística, desde sua inserção, é a representação para os processos de manifestações de trabalhadores. Acredita-se que a alta produção automobilística incentivou os movimentos trabalhistas com força e eficiência. Quando os capitalistas sentiam-se ameaçados pelas intervenções dos trabalhadores, procuravam se instalar em outros lugares que oferecessem mão de obra barata e submissa, com isso a produção continuava em expansão e os movimentos dos trabalhadores se atenuavam.

Os novos métodos de produção em massa, introduzidos por Henry Ford, superaram a produção artesanal, característica da indústria automobilística, com isso, a indústria que já era de grande porte nos EUA, ganhou espaço mundial. A intenção de Ford era manter alta produção a custos reduzidos adotando a visão de Taylor. Neste sistema os trabalhadores deveriam produzir e economizar o tempo, seguindo uma rígida conduta e disciplina de trabalho ordenada pelo sistema de Taylor e Ford. (GRAMSCI, 1949; HARVEY, 1994; ALTVATER, 1995 apud GORENDER, 1997).

Segundo Chesnay (1996) a globalização pode ser definida como um ponto de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o capital produtivo possibilitou a autonomia para as empresas contratarem, demitirem, efetuar investimentos e determinar o preço sobre a força de trabalho em escala mundial. A maneira como isso ocorre pode ser benéfica para a sociedade desde que modifique os padrões de domínio e controle, aderindo somente ao movimento internacional de acumulação. (apud CARIO, 2011 p.136).

Transformações ocorreram após a II guerra mundial, Lastres et al (1999) associa a expansão tecnológica à globalização. A chamada terceira revolução industrial, após a 2ª guerra, foi marcada por inovações em tecnologia da informação e economia do conhecimento, sendo fatores decisivos para a base da globalização econômica. A tecnologia da informação possibilitou que empresas se organizassem, conquistando informações em escala global.

Arrighi (2007) destaca que o uso do termo globalização passou a ser usado no final da década de 1980, início da década de 1990, e descreveu o processo de estrutura da globalização relatando a história da integração econômica mundial. Dentro deste conceito, também abordou as políticas para o acontecimento deste processo, a chamada globalização ideológica.

2.1 Globalização Contemporânea

As transformações ocorridas no capitalismo mundial no final do século XX reforçaram a produção capitalista mundialmente. As novas políticas nacionais entre fronteiras permitiram que as economias nacionais passassem pelas empresas multinacionais, mesmo que de maneira restrita e pouca agilidade com o mercado mundial. (GORENDER, 1997).

As empresas multinacionais em busca de maiores taxas de lucro levaram suas empresas para regiões que ofereciam mão de obra barata e não utilizavam benefícios sociais sobre os salários. A alta competitividade priorizava a racionalização e redução de custos, afetando a estabilidade do trabalho formal. A subcontratação passou a ser utilizada pelas empresas, o que veio a desestruturar as forças sindicais. Para os desempregados o trabalho informal era a única maneira de fugir da miséria e pobreza. (SANTANA, 2005).

Ao longo da década de 1980, os países desenvolvidos se depararam com o aumento nas taxas de juros e de câmbio, o que desestabilizou as companhias de seguro, os fundos mútuos e de pensão, limitando a expansão dos mercados de capitais. Como estratégias para diversificação, buscaram a inserção nos mercados de capitais de países em desenvolvimento. As economias capitalistas deste período se encontravam ainda frágeis com o estagflação (estagnação e inflação) dos anos 70.

Gonçalves (1998) destaca:

[...] o processo de globalização dos últimos anos tem servido para interromper e, eventualmente, reverter a tendência de queda das taxas de lucros nas economias capitalistas maduras entre o início dos anos 70 e o início dos anos 80 -- período de estagflação. No caso dos Estados Unidos [...] queda dramática da taxa média de lucro de 20% em 1947-69 para 12.4% em 1970-83. O processo de globalização -- por meio da abertura e exploração dos mercados externos -- tem permitido uma recuperação das taxas de lucro [...] o período que precedeu o processo recente de globalização foi marcado por uma redução extraordinária da taxa de crescimento da produtividade. No caso dos Estados Unidos, a taxa média anual de crescimento da produtividade total dos fatores reduziu-se de 1.0% em 1961-73 para 0.01% em 1973-81. (p.8).³

Gonçalves (1998) destaca que, desde o início dos anos 1980, as economias capitalistas maduras buscavam acesso aos mercados internacionais de bens, serviços e capitais. A promoção destas políticas ficava por conta dos governos e empresas transacionais, de modo

³ Disponível em. <http://www.reggen.org.br/midia/documentos/globalizacaoeconomica.pdf>.

que pudessem reagir à insuficiência da demanda agregada interna dos países capitalistas maduros, determinando o fenômeno da globalização do final do século XX.

De acordo com Ouriques (2011) a globalização contemporânea pode ser aprofundada a partir de 1990. A década de 90 começa com o fim do socialismo real, que caracterizou principalmente “o fim da União Soviética, a unificação alemã, o desmantelamento das antigas repúblicas socialistas do Leste Europeu”. Estes processos foram marcados como o começo da nova era, que creditaram a economia de mercado. A globalização capitalista anunciava aos países pobres, o caminho para o desenvolvimento baseado em regras internacionais e receituários neoliberais.

No período de 1990-96 o processo de globalização deteve forte influência no volume comercial internacional, a taxa anual de exportações mundiais cresceu 6% e o produto interno global cresceu na média de 1,5%. (GONÇALVES, 1998).

Segundo Santana (2005) com a forte competição internacional, devido a abertura de mercados, as grandes unidades produtivas ficaram com pouco estoque e aumentaram a produtividade. Com este aumento, era exigido dos trabalhadores flexibilidade e habilidade no uso das novas ferramentas. A flexibilização das atividades exigia trabalhadores qualificados, o que conduziu a precarização dos contratos de trabalho, dando origem a baixa dos serviços no setor industrial.

Frieden (2008) destaca que os benefícios da integração econômica global não alcançaram os padrões esperados, apenas os países capitalistas dobraram e triplicaram o produto per capita de sua economia, muito diferente do que ocorreu nas economias estacionárias da África, Ásia, América Latina, Europa Oriental e União Soviética que abrigavam grande parte da população mundial e viram seu per capita cair em 10% com apenas a base do desenvolvimento para se segurar. (apud OURIQUES 2011).

Para Castells o “surgimento do informacionalismo e capitalismo” estão ligados ao sofrimento social, causado pela desigualdade e exclusão, resultante da constante busca pela competitividade. O continente Africano, afetado por extrema pobreza e exclusão social, tornou-se uma economia de quarto mundo. Não somente países em desenvolvimento sofreram com a nova estruturação, os EUA presenciaram um aumento da desigualdade social, pobreza, miséria e polarização. A degradação do salário e do trabalho nos anos 90, segundo estudo de Sennet, agravou a situação da classe trabalhadora dos EUA, caracterizando-se nas periferias a estagnação da economia. (apud OURIQUES, 2011).

Segundo Harvey as consequências e contradições da globalização contemporânea são caracterizadas por mudanças na forma de produção e organização, o aumento da força de

trabalho global resultante da expansão capitalista em áreas periféricas, a migração da periferia para o centro ocasionando conflitos, baixos salários e severa disciplina de trabalho. Dentre outros, como características culturais, a preservação do meio ambiente, questões de urbanização e a mudança nas intervenções do Estado de estrutura e fiscal. De forma sucinta Harvey afirma que as condições de capital estão associadas à troca para acumulação de capital. Assim a globalização contemporânea tornou-se um temor para o capital internacional. (apud OURIQUES, 2005).

Segundo Schaff (1993) Lojkin (1990 1995) devido à revolução informacional a globalização passou por transformações no campo da produção, nas relações de trabalho, no comércio nacional e internacional, nas finanças, na esfera política e em inúmeros aspectos da vida social. (apud GORENDER, 1997).

A reformulação no padrão produtivo e cultural do processo de globalização veio para modificar a sociedade. As diferentes visões sobre o processo motivam as tensões e conflitos, ressurgindo para “fundamentalismos, nacionalismos, regionalismos e racismo”. (SANTOS, 2001, p.185).

De acordo com Camargo (2007) o termo “globalização” sugeria a inclusão, todos poderiam produzir e tirar o proveito disto, mas de maneira adversa, o que ocorreu foi a exclusão, aqueles que se mantinham distantes se afastaram mais ainda, e os que tinham acesso ao poder tiraram ainda mais proveito. Os direitos do trabalhador estavam sendo desconsiderados, devido as multinacionais terem o livre acesso, podendo se instalarem em diversos lugares, desestruturando as bases do trabalho.

Segundo Santos e Andrioli a exclusão ocorre quando “A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições [...]” causando desemprego e miséria.⁴

Dentre outras formas de intersecção cultural, o cruzamento de culturas foi facilitado devido aos acordos globais, Camargo (2007) destaca a discriminação referente às bases culturais, normalmente imigrantes sofrem com a xenofobia que nada mais é que a discriminação de cidadão pátrio aos imigrantes estrangeiros, estes decorrentes fatos mostram o crescente comportamento individualista global.

⁴ Consulta de artigo do site: http://www.rioei.org/edu_des2.htm - 25-01 -2005.

Castells (1999) destaca que, mesmo com o mercado globalizado e o capital fluindo com liberdade, o mesmo não acontecia com as forças de trabalho que sofriam as interferências de cultura, política e xenofobia. Dados da OIT do ano 1993 afirmam que apenas 1,5% da força de trabalho mundial atuaram fora de seus países de origem, sendo que, deste total, a metade se concentrava na África e Oriente Médio. O problema das imigrações para os países ricos não permitia a existência de um mercado de trabalho globalizado, pois a força de trabalho especializado da economia informacional era considerada pequena para o mercado global e permanecia presa nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. (CASTELLS, 1990, p.289-300).

O livre mercado global, e a busca acirrada pela competição, diminui a atuação do estado na área econômica e social, as privatizações e a mercantilização diminui ainda mais estas posições. Como consequência destas questões, há uma intensificação da exclusão social, desemprego e miséria. Para os países se padronizarem em equipamentos, comunicação e suprirem a concorrência internacional do trabalho, se viram obrigados a aderir ao neoliberalismo para suprirem as crises e endividamento. A globalização do final do século XX tinha como objetivo o crescimento extraordinário dos fluxos internacionais, prevendo acirramento da concorrência no sistema internacional e a crescente integração entre os sistemas econômicos nacionais. (GONÇALVES, 1998).

De acordo com Castells (1999) o papel exercido pela tecnologia da informação é indispensável para as conexões entre os diferentes segmentos da força de trabalho nas fronteiras nacionais. Pode-se destacar que ocorre uma tendência histórica para a crescente interdependência da força de trabalho mundial.

Castells (1999) destaca:

[...] há uma tendência histórica para a crescente interdependência da força de trabalho em escala global por intermédio de três mecanismos: emprego global nas empresas multinacionais e suas redes internacionais coligadas; impactos do comércio internacional sobre o emprego e as condições de trabalho tanto no Norte como no Sul; e os efeitos da concorrência global e do novo método de gerenciamento flexível sobre a força de trabalho de cada país. Em cada caso a tecnologia da informação é o meio indispensável para as conexões entre os diferentes segmentos da força de trabalho nas fronteiras nacionais. (p.300).

A globalização causou aos países o processo de interdependência entre economias nacionais, o que veio a apontar a vulnerabilidade destes países, principalmente àqueles em desenvolvimento que sofreram com eventos externos, como as mudanças no cenário

internacional. Os fluxos econômicos internacionais afetaram a quantidade e preço do capital externo e de mercadorias. A quantidade foi afetada, tanto em volume como em composição de recursos externos e de comércio com o exterior. (GONÇALVES, 1998).

A globalização no final do século XX foi marcada por um crescimento acelerado das tecnologias da informação e comunicação, intensificando a concorrência capitalista. Com isso as empresas alteraram os seus modos de produção na busca por uma maior rentabilidade, passando pelo processo de reestruturação produtiva, desencadeando transformações nas áreas; geográficas, política, econômica, cultural e histórica resultando em conseqüentes alterações no mundo do trabalho.

CAPÍTULO 3 - MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO EM ESCALA GLOBAL

Com a ascensão do neoliberalismo nos anos 1980 começaram a serem implantadas mudanças nas relações entre capital e trabalho. Os direitos dos trabalhadores foram deixados de lado. Em todo o mundo, os operários trabalhavam com baixa remuneração e deficiências nas condições de trabalho. As mudanças ocorridas no fim do século XX no mercado de trabalho, e as fortes competições de produção movimentaram de maneira desorganizada os trabalhadores, obrigando-os a competirem junto de suas empresas nas demandas de produção. (SILVER, 2005).

Em 1945 ocorreram mudanças internacionais Harvey (1996), os investimentos no fordismo dos EUA e Europa abriram as portas para uma nova visão sobre o capitalismo. Com o acordo de Bretton Woods (1944) o dólar se tornou a moeda de negociação mundial, tornando os EUA líder no desenvolvimento da economia internacional. No período pós-guerra, os investimentos sobre os trabalhadores mantinham a segurança de produção e consumo em demasia. Como estratégia investiu-se em políticas sociais de proteção aos trabalhadores, como auxílio médico e a educação, desde que estes garantissem produtividade e consumo. Estas políticas e diversas outras foram implantadas em países de capitalismo avançado, denominando-se Welfare State “Estado de Bem estar Social”. (apud GUIMARÃES; ROCHA, 2008).

A adoção do Welfare State combateu os temores gerados pela crise da década de 30, houve expansão da demanda agregada, ajustes na produção em massa, característica do fordismo, e elevação do padrão de vida dos trabalhadores. (GORENDER, 1997).

Devido a diversos fatores no mundo do trabalho, a estabilidade dos trabalhadores de antes se tornou preocupação para aqueles da era “taylorista/fordista”, as inovações e informatizações das máquinas tornaram precárias as formas de trabalho, países que haviam se inserido de modo intermediário na indústria, viram suas estruturas decaírem com desemprego, trabalho precário e informal devido à desindustrialização. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.337).

No mesmo estudo, divulgado por Antunes e Alves (2004), o mundo do trabalho contemporâneo tem mostrado maior participação feminina, em alguns países superando a força de trabalho masculina, entretanto o nível salarial é menor que dos demais trabalhadores e há desigualdade nos direitos do trabalho. Os jovens em idade produtiva e adultos acima de 40 anos, que ingressavam ou desejavam retornar ao trabalho, eram obrigados a aceitar os trabalhos informais.

As privatizações dos setores públicos levaram ao desemprego, modificações nas organizações de tecnologia e gestão, afetando o mundo do trabalho. Mesmo assim, aqueles que saíram do setor industrial foram abrigados pelos setores de serviços, que indiretamente tornaram produtivas as atividades antes consideradas improdutivas. Os auxílios de empresas comunitárias se tornaram um novo caminho para o mercado de trabalho ou uma segunda chance, chamadas de “terceiro setor” estas desenvolveram atividades dentro de ONGS voltadas ao aprendizado para o mercado. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.339-340).

Pochmann (2007) relata que os novos processos de trabalho foram implantados pelos dominantes internacionais, desta forma os trabalhadores deveriam se adequar a um novo padrão de emprego ou ficariam desempregados. O período de ascensão do neoliberalismo se assemelha ao mesmo da revolução tecnológica, há 150 anos, onde eram inseridas formas mecânicas de trabalho, e o profissional tornou-se a extensão da produção, além disso, se produzia muito mais em jornadas extensas de trabalho.

No período da revolução tecnológica a indústria aceitava trabalhadores de 15 a 16 anos, com isso ativava o trabalho e a produção se expandia com jornadas de trabalho de 16 a 18 horas por dia. A organização do trabalho somente aconteceu após movimentos das forças sociais, políticas, científicas e econômicas alternando entre a Depressão de 1920, as Guerras Mundiais e a revolução Russa, para que se tornasse realidade, chegando ao século XX. A legislação e convenções coletivas estabeleceram novas relações do trabalho, propondo menores jornadas de trabalho, o ingresso ao trabalho seria a partir de 15 anos, a aposentadoria seria de direito para o trabalhador com tempo de trabalho de 30-35 anos. (POCHMANN, 2007).

Pochmann (2007) aborda as mudanças que vem ocorrendo, pode se destacar as áreas da produtividade voltadas para o capitalismo pós-industrial:

Estamos ingressando num capitalismo pós-industrial em que a produtividade é cada vez mais sustentada no trabalho imaterial. Estamos falando de atividades do setor terciário, não mais fortemente vinculadas ao setor agrícola, pertencente ao segmento primário, e as atividades secundárias – como a indústria, por exemplo. (p.6)

As novas exigências do mercado de trabalho e o novo cenário do mundo do trabalho demandam um profissional que invista nele mesmo, pois o mundo globalizado espera que o trabalhador seja cada vez mais polivalente, multifuncional, criativo, flexível, comprometido e pronto para atender às necessidades do mercado.

Segundo Pochmann (2012) o modo de produção capitalista passou por inúmeras transformações na passagem do século XX para o XXI, dentre estas se destacam, as mudanças na economia do conhecimento, definindo novas bases para o capital, os valores e o trabalho. Entre os fatos destacam-se o desenvolvimento educacional considerado como insuficiente para suportar estas mudanças.

No século passado as formações eram direcionadas a crianças, adolescentes e jovens, mas devido ao aumento das competências e expectativa de vida, as formações tenderam a se adequar ao novo padrão da sociedade pós-industrial, voltando-se para o trabalho imaterial do setor terciário da economia, que propõe a organização, não apenas local, permitindo que o andamento e acompanhamento dos serviços ultrapassem as horas de trabalho fixadas. (POCHMANN, 2012).

Pochmann (2012) aborda os fatos decorrentes da nova organização do trabalho pós-industrial e da produtividade imaterial. A tecnologia e comunicação permitem que o trabalho seja feito em qualquer hora e lugar, obrigando o profissional a cumprir maior jornada de trabalho, intensificando a pressão profissional na busca pela sobrevivência.

Castells (1999, p.267) destaca que o processo de transição histórica é uma das demonstrações de mudanças e transformações das categorias ocupacionais e do emprego. O pós-industrialismo e o informacionalismo indicam o aparecimento de uma nova estrutura social. A partir da mudança de produtos para serviços, ocorreu o surgimento de profissões administrativas especializadas, determinando o fim das atividades rurais e industriais.

Destaca-se como principal característica, no contexto histórico da estrutura da econômica do século XX, a revolução da tecnologia da informação, tomando amplitude social e econômica, tornando-se base para o desenvolvimento da economia global. A sociedade procura a maximização da produtividade fundamentada nos novos conhecimentos e desenvolvimento de novas tecnologias. (CASTELLS, 1999, p.268).

Para melhor explicar a estrutura do mercado de trabalho mundial Castells (1999) dividiu o mercado em duas épocas 1920-70 e de 1970-90, onde foram presenciadas intensas mudanças econômicas nas áreas produtivas. Constatou-se comparativamente que nos EUA, em 1930, havia emprego industrial de 24,5% e aumentando para 25,9% em 1970. Todos os países do G7 tiveram relativa alta em relação as duas épocas. O país que mais se destacou foi do Japão, que passou de 16,6% em 1920 para 26,0% em 1970. O que caracteriza o período de 1920-70 são as mudanças respectivas da agricultura, e não da indústria como ocorreu no período de 1970-90, onde o processo de desindustrialização avassalou as estruturas dos empregos mundiais. (CASTELLS, 1999, p.273).

Segundo Castells o processo de desindustrialização dos EUA e Europa dos anos 80 não poderiam ser considerados para o resto do mundo, pois em nível global o emprego industrial atingiu 72% entre 1963-1989. O Japão e outros países em processo de industrialização foram responsáveis pelo aumento de empregos industriais, excedendo as perdas dos países desenvolvidos.

O período pós-industrial de (1970-90) apresenta a evolução do mercado de trabalho caracterizado pelas novas condições que o emprego industrial exigia. Primeiro se destaca a redução do emprego industrial e em seguida o crescente aumento de atividades que não eram consideradas como fontes de emprego, como os serviços sociais. Outra característica da direção dos rumos do mercado foi a leve ampliação do emprego industrial voltado à produção. A nova estrutura ocupacional do pós-industrialismo envolvia diversidade de atividades e a ocupação de novos cargos. A presença em número maior desta categoria de profissionais informacionais foi verificada nos EUA e Canadá na década de 90. Cerca de um terço da força de trabalhadores concentravam-se nas profissões informacionais, no mesmo período o Japão representou 14,9 % de sua força de trabalho, em 1989 França e Alemanha representavam um quarto da força de trabalho nesta área. (CASTELLS, 1999, p.279-281).

Segundo Castells (1999), os maiores números de mão de obra semiqualficada no setor de serviços, foram representados pelos EUA, Canadá e Alemanha, diferentemente do Japão, França e outros países europeus, onde o número foi reduzido, pois estes países ainda preservavam uma mão de obra de origem rural e comercial. Os EUA seguiram a regra do modelo de pós industrialismo e informacionalismo, sistematizado e voltado a evolução do seu mercado de trabalho, substituindo antigas profissões por novas. Porém, o Japão seguiu o informacionalismo com o aumento das novas profissões, redefinindo as profissões mais antigas, aliando a especialização dos profissionais do setor industrial ao trabalho rural. A continuidade do trabalho rural persistiu sob novas formas de profissões mais especializadas.

De acordo com Castells (1999, p285-286), a evolução da estrutura ocupacional é diversificada e não pode ser considerado padrão, pois apenas em países avançados a força de trabalho é considerada assalariada. Na medida em que empresas adotam a flexibilidade e novos padrões de tecnologia, ha um maior surgimento de trabalhos autônomos e profissões mistas.

Em uma breve síntese observa-se que os trabalhadores estão cada vez mais expostos e vulneráveis ao capitalismo e se percebe que cada vez mais não recebem proteção dos seus governos e instituições internas, comprovando a crescente precarização das suas condições de trabalho.

3.1 As transformações no mercado de trabalho na passagem do fordismo para o toyotismo

O toyotismo teve sua amplitude mundial através do sucesso da indústria manufatureira japonesa, mas só a partir da crise capitalista da década de 1970 é que foi caracterizado como filosofia orgânica da produção industrial. O toyotismo foi mundialmente conhecido na década de 1980, marcado pelo novo processo de reestruturação produtiva da era da mundialização do capital. (ALVES, 2000, p.29)

O toyotismo caracterizava-se, pelo surgimento de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios administrativos da produção capitalista e de gestão da força de trabalho, vinculados ao processo de valorização do capital através da produtividade operária. Buscava a economia de escopo, devido a isso os custos de mão-de-obra deveriam ser mais flexíveis, diminuindo ou aumentando de acordo com as flutuações do mercado. Nesse sentido, criou-se uma divisão dos trabalhadores em dois grandes grupos: o dos trabalhadores vitalícios, com estabilidade no emprego ao longo de toda a carreira profissional, e os trabalhadores não vitalícios, sem estabilidade e que poderiam ser movimentados a baixos custos.

O Japão foi à origem do toyotismo e da automação flexível, apresentava um cenário diferente do dos grandes países desenvolvidos, possuía um pequeno mercado consumidor, capital e matéria-prima escassa, e grande disponibilidade de mão-de-obra não especializada.

A presença de novas tecnologias de microeletrônica na produção trazidas pelo toyotismo exigia dos trabalhadores uma nova formação intelectual. As novas práticas gerenciais e empregatícias como *just-in-time* e *Kan-ban*, deram novo significado ao capital dando origem a racionalização do trabalho, localizada no método de *lean production* ou produção enxuta, o objetivo deste método de produção era produzir um bem no certo momento em que era demandado, visando acumulação capitalista. Por isso a mão-de-obra não podia ser especializada em funções únicas e restritas como no modelo fordista. Para atingir o objetivo de acumulação capitalista os japoneses investiram na educação e qualificação de seu povo, e o toyotismo em lugar de avançar na tradicional divisão de trabalho, incentivou uma atuação voltada para o enriquecimento do trabalho. (ibidem, p.31-35).

Segundo Alves o toyotismo foi responsável pelo surgimento do novo modo de organização do trabalho e da produção capitalista adequado à era das novas máquinas da automação flexível, aparece articulado com as formas tayloristas-fordistas alocadas no

processo de trabalho. Mas a visão predominante deste novo processo produtivo é promover e desenvolver novas qualificações, pois a preocupação fundamental do toyotismo é manter o controle individual do processo de produção capitalista. Alves destaca “o toyotismo tende a se distinguir do fordismo, pois agrega novas determinações concretas, de caráter organizacional, institucional e tecnológico, que tendem a promover um salto qualitativo na forma de subsunção real do trabalho ao capital.”⁵ (idem, p.2).

Para sintetizar o toyotismo desenvolve-se a partir de uma nova lógica da produção capitalista. As novas qualificações do trabalho exigem habilidades cognitivas e habilidades comportamentais, estas que se tornaram indispensáveis na operação dos novos dispositivos organizacionais do toyotismo e da sua nova base técnica fazendo parte da nova subsunção real do trabalho ao capital (subsunção formal-intelectual ou espiritual).

3.2 As mudanças mundiais

Castells (1999, p.265) destaca “o processo de trabalho situa-se no cerne da estrutura social”. As últimas décadas do século XX são caracterizadas, por mudanças dos padrões de trabalho e emprego, e no processo de reestruturação produtiva. As transformações tecnológica e administrativa do trabalho e o processo de globalização são considerados fatores decorrentes que afetam a sociedade em geral.

As transformações ocorridas na estrutura ocupacional no decorrer da história usam como explicação para as mudanças profissionais e de emprego as teorias do pós industrialismo e informacionalismo, caracterizadas pelo surgimento de uma nova estrutura social evidenciando o surgimento de profissões administrativas e especializadas. O informacionalismo é o difusor de novas tendências profissionais, seguido de profissões de cunho administrativo, com profissionais especializados, técnicos, e profissões voltadas aos serviços de escritório e vendas.

A atuação da atividade econômica seria voltada a prestação de serviços e não mais para a produção de bens, o emprego seria ofertado para o setor de serviço, levando ao fim do emprego rural e industrial, com o avanço da economia, a produção e o mercado de trabalho estariam concentrados nos serviços. A nova estrutura social seria formada de profissões

⁵ Para mais informações consultar artigo em http://www.giovannialves.org/Capitulo%2010_texto.pdf.

especializadas, e a economia contaria com profissionais de relativa importância com base em conteúdos, informações e conhecimentos. (CASTELLS, 1999, p.267)

Estas novas profissões formadas por administradores, profissionais especializados e técnicos, seriam carregadas de informações e serviriam como base da estrutura ocupacional. A nova estrutura ocupacional se caracteriza pelo envolvimento com o crescimento de profissões simples, de baixa qualificação e mais polarizadas.

O conceito de serviços se baseia como àquele que envolve tudo que não seja agricultura, mineração, construção, empresas voltadas ao serviço público e indústria. Para defini-lo de maneira direta, o conceito de serviços pode se caracterizar como aquilo que esteja ligado a informatização, como criação de software para computadores, projetos de microeletrônica, agropecuária voltada para biotecnologia dentre outros característicos das economias avançadas, voltados à nova estrutura ocupacional representada por administradores e profissionais especializados. Pode-se destacar outra tendência em serviços do pós-industrial, profissões consideradas simples e de baixa qualificação também tendem ao crescimento, polarizando a estrutura social, desmistificando a importância do conhecimento, ciência e especializações como única ocupação do padrão de serviços. (CASTELLS, 1999, p.269-270).

3.3 Os impactos sobre os trabalhadores: terceirização e precarização

A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos podem ser consideradas fatos desencadeantes da precarização e desemprego de milhões de trabalhadores, acentuando o quadro de pobreza mundo a fora. A precarização do trabalho está aliada as instabilidades que ocorrem nos rendimentos, desfragmentando a seguridade social, piorando a situação do trabalhador e as condições de vida. Pode-se considerar que desde o processo pós-fordista a força de trabalho vem caminhando continuamente para a precarização. O regime de flexibilização pode evidenciar claramente esta desestrutura da força de trabalho.

Vasapollo (2006) define a flexibilização;

É justamente com a flexibilização imposta pelas regras de eficiência das empresas que se chega à condição de trabalho precarizado, não continuado e temporário, na qual o trabalhador é abandonado diante de um empresário com o qual ele tem de negociar seu salário e o tempo que vai dedicar ao trabalho. (VASAPOLLO, 2006, p.53).

Segundo Vasapollo (2006) a nova organização capitalista do trabalho foi marcada pela precarização das forças do trabalho assalariado. O processo de flexibilização foi criado com intenção de combate ao desemprego, mas de maneira contrária promoveu autonomia e liberdade para as empresas demitirem seus empregados, definir o horário de trabalho quando a produção necessitar e faculdade de decidir os valores dos salários. Com isso ocorre a propagação do trabalho irregular, precário e sem garantia.

A terceirização das formas de trabalho pode ser considerada como fonte de indução a precariedade do mundo do trabalho. O processo de terceirização surgiu nas empresas como maneira de não assumir o riscos e não comprometer a produção, repassando o compromisso de salário, emprego e condições de trabalho para as pequenas empresas.

O mundo do trabalho sofreu impacto direto com o processo de terceirização, a classe operária estava mais polarizada, com operários qualificados, mas com salários baixos. Os operários terceirizados além de possuírem salários rebaixados não tinham direito a alterações de cargo e de participação em sindicatos, devido aos entraves burocráticos.

O processo de terceirização no mundo do trabalho no Brasil teve como principal resultado a degradação dos benefícios sociais e salários. De acordo com Dieese (1993) os efeitos sobre as condições do trabalho foram sentidas; com polarização das qualificações profissionais e estatutos salariais, trabalho menos qualificado, precarização dos empregos sem registro, perda da representação sindical e jornadas de trabalho mais extensas. (apud ALVES, 2000).

Segundo Alves (2000) o processo de precarização da força de trabalho brasileira se deu devido ao baixo desempenho da economia, vinculada à nova política de ajuste neoliberal que desintegrou as cadeias produtivas com a liberalização da abertura comercial. Com o novo processo de reestruturação produtiva ocorreu a diminuição do emprego assalariado nas indústrias, precarizando as condições do emprego.

3.4 A qualificação como alternativa dos trabalhadores para a “sobrevivência” no mercado de trabalho

O processo de qualificação pode ser entendido como forma seletiva da força de trabalho sendo exigência do processo de produção e da acumulação de capital. Profissionais

qualificados são considerados aqueles que possuem escolaridade, conhecimento teórico, experiência e habilidades. (Garay⁶).

Segundo Salm e Fogaça (1998, p.115) a escolaridade é indispensável para qualquer que seja o trabalho exercido, a educação torna se base de qualificação profissional, pois ela é responsável pelo desenvolvimento de habilidades intelectuais e de conhecimento científico básico, que são fundamentais para o processo de qualificação profissional.

Os desenvolvimentos de projetos educacionais devem estar voltados para a qualidade em todos os níveis do ensino, promovendo a integração da rede pública ao ensino técnico-vocacional de modo que estejam vinculados às novas demandas produtivas.

Pode-se destacar que as exigências para mão de obra qualificada estão ligadas ao conhecimento científico e tecnologia. A organização do trabalho e a construção social definem a qualificação. Trabalhadores mais qualificados se diferenciam dos demais, pois o saber prático e teórico representa importante forma de poder, definindo o padrão social a qual os trabalhadores devem pertencer, o que possibilita a escolha, entre, ser ou não excluído da esfera social.

⁶Para mais informações, consultar artigo Reestruturação Produtiva e Desafios de Qualificação: Algumas Considerações Críticas <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/desafioqualificacao.html>

CAPÍTULO 4 - MUDANÇAS RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL

As mudanças no Brasil seguem o padrão mundial. A necessidade de maior qualificação é um imperativo da introdução de tecnologias nos processos de trabalho, daí a necessidade de políticas públicas (cursos profissionalizantes, institutos técnicos, etc.). Ao mesmo tempo, uma pressão sobre sindicatos e trabalhadores por conta das políticas de ajuste, implantadas a partir dos anos 1990, diminuiu a resistência sindical, com isso os trabalhadores ficaram mais inseguros, acabando com a união da classe.

Segundo Singer (2003) o modo de produção capitalista do sistema econômico brasileiro é composto por propriedade privada dos meios de produção e assalariamento. Os empresários querem reter lucro ao máximo e por meio do salário compram a quantidade de produção desejada do trabalhador. Outra forma de produção é a individual, que vem a remunerar somente aqueles que aplicam o capital.

As transformações no mercado de trabalho ocorrem a uma velocidade maior que o tempo pode acompanhar em qualificação. Devido a isso os governos e entidades educacionais e empresariais se preocupam em estudar e desenvolver programas para atender o mercado de trabalho.

Em 1990 ocorreu um aumento do nível de escolaridade, comparado com anos anteriores, reduzindo o analfabetismo, entre outros fatores, o avanço da tecnologia e a expectativa de vida aumentavam, de maneira adversa a estas mudanças, o desemprego assolava a juventude, baixando o nível da renda nacional. A situação econômica brasileira seguia em crise influenciando negativamente o desenvolvimento do mercado de trabalho. (POCHMANN, 2004).

A conjuntura econômica no período 1990-2000 foi desfavorável no sentido de geração de postos de trabalho aos mais jovens, devido à baixa expansão dos mercados de trabalho e das políticas de ajuste dos anos 90. Devido a isso a entrada desta faixa etária no mercado de trabalho foi prejudicada. Pode-se considerar que por conta da baixa expansão econômica a partir dos anos 1990 ocorreu maior expansão do trabalho por conta própria, autônomo, precarizando a força de trabalho e conseqüentemente sua remuneração.

Na década de 1990 a crise do sistema educacional tornou-se assunto de discussão em relação aos impactos que poderiam causar a abertura da economia brasileira. Salm e Fogaça (1998) destacam que as críticas não eram somente dos educadores, partiam também de políticos, empresários e sindicalistas. As pressões ocorreram devido ao Brasil nesta época estar se inserindo em uma nova economia internacionalizada, onde eram utilizadas novas

tecnologias de produção, atualizações da microeletrônica e organização do trabalho, as quais exigiam que o perfil ocupacional estivesse em escolaridade condizente as necessidades do novo padrão do mercado de trabalho.

Com o mercado de trabalho interno aquecido por diversos setores da economia, a disponibilidade visível de empregos se sobrepõe para trabalhadores qualificados. Mas parte dos trabalhadores não possui qualificação mínima para o mercado. Tanto o governo quanto a sociedade tem visão de que para ocorrer um aumento da produtividade do trabalho é necessária a qualificação profissional.

A entrada irregular no processo de globalização prejudicou a produção local, pois houve a liberalização das importações. Ocorreu a valorização da moeda nacional, devido ao descontrole de entrada de capital, e os lucros com dinheiro estrangeiro acabaram prejudicando a competição com produtos importados, desfavorecendo o mercado de trabalho. (apud, Baltar; Krein, Moretto; 2006).

Pochmann e Moretto, 2008 destacam:

A década de 1990 interrompeu uma longa tendência de elevação significativa do emprego na indústria [...] nos anos 90, a indústria de transformação reduziu em 1,4 milhão de postos de trabalho (média anual de 137,4 mil empregos), não obstante a geração de 7,7 milhões de novas ocupações nos outros setores de atividades economias. (p.43)

Segundo Moretto e Pochmann (2008), o Brasil passou por um longo período de reestruturação do mercado de trabalho, cerca de 60 anos (1930 – 1980), passando por processos de industrialização e institucionalização. A estrutura do trabalho foi marcada pelo emprego assalariado, registro formal e mudanças na organização das ocupações, voltadas à economia capitalista. Em 1980 ocorreu o desassalariamento de parte da População Economicamente Ativa (PEA), houve expansão das ocupações nos segmentos não organizados e do desemprego, a indústria abandonou o projeto de industrialização nacional adotando políticas macroeconômicas de reinserção internacional qualificada, enfraquecendo o regulamento do trabalho.

Segundo Mattoso e Pochmann (1995), o processo de reestruturação das empresas na década de 1990 foi marcado financeiramente pela valorização cambial e a forte dependência de capitais de curto prazo. As empresas protestavam contra os encargos sociais que incidiam sobre a folha de pagamento.

A inserção passiva do Brasil na globalização tornou-o dependente dos setores de produção e exportação de bens primários, vinculados ao agronegócio e extrativismo mineral. (POCHMANN, 2004).

A economia brasileira da década 1990, em baixo desempenho não gerava postos de trabalho, com isso, o setor não organizado absorvia os desempregados, atenuando as tensões sociais. O estado cumpria seu papel ao apoiar iniciativas autônomas, pois seriam capazes de inserir trabalhadores desempregados, propiciando a renda e produtividade. Os empreendimentos autônomos tiveram êxito e foram responsáveis pela incorporação de grande parte dos trabalhadores desempregados que se encontravam fora do mercado de trabalho. (POCHMANN; MORETTO, 2008).

Gondim (1998) aborda estas transformações como ponto de origem da sociedade pós-industrial ou também nominada sociedade da informação, envolvendo a política neoliberalismo e economia, todas amparadas pela globalização e desenvolvimento do setor dos serviços, baseadas em quesitos culturais, ciência, tecnologia e flexibilização no gerenciamento e organização do trabalho. (GONDIM, 2002).

A situação brasileira, brevemente descrita aqui, pode ser compreendida a partir de uma observação mais geral, como a exposta por Kurz (2005) que destaca a sociedade nacional exposta à globalização, que deve procurar se adaptar as formas de trabalho essencialmente baseadas na produção capitalista moderna. O capital é produzido por meio da energia humana. Para que as forças de produção se desenvolvam é necessária a qualificação produtiva. Podemos considerar que em longo prazo a globalização se adapte as necessidades das pessoas, através da libertação dos entraves mundiais de mercado e do Estado.

4.1 A Qualificação em tempos de Globalização

Segundo Faria e Leão (2007) na década de 1990 o Brasil presenciava a aceleração da dependência ao capital internacional e das relações de mercado globalizadas. Como consequência destas mudanças, a estrutura do trabalho foi afetada pelo desemprego e precarização. O capitalismo neste período se refazia e adotava novos métodos de trabalho como a flexibilização, considerada como entrave para o trabalhador na contratação. Deste modo a qualificação profissional seria de real importância para que o trabalhador se adequasse a informatização tecnológica e se readequasse ao sistema fabril e organizacional.

O conceito “qualificação” é definido por Gómez (1989) como ponto de encontro entre Economia do Trabalho, Sociologia do Trabalho e Sociologia da Educação. (CF. GÓMEZ et al., 1989 apud LOPES; LIMA 2005).

De acordo com Pochmann e Moretto (2008), a qualificação profissional tem a função de preparar o trabalhador para a conquista de um espaço no mercado de trabalho. Para que isso aconteça, é necessário que o profissional se aperfeiçoe em determinada tarefa e ocupação, se estabilizando no emprego, ocupando um melhor cargo ou ramo de atividade. Cada vez mais os postos de trabalho se ampliam e exigem da qualificação que se sustente em tempo hábil a ocupação, por isso é necessário que os trabalhadores estejam preparados para ocupar os postos. A integração da política de qualificação e políticas de mercado de trabalho devem fornecer informações para o planejamento das atividades de qualificação.

Segundo Saviani (1994), a educação e o trabalho podem ser interpretados de duas formas: nos tempos da propriedade privada o sustento das classes era por meio do trabalho dos outros, a educação era de acordo com desenvolvimento político e militar e o acesso era somente para os que tinham recursos financeiros e tempo. Os meios de produção não dispunham de qualificação específica e os trabalhadores aprendiam pelo próprio dia a dia e desenvolvimento do trabalho. (apud, OURIQUES, 2011).

A partir do surgimento da modernidade, com as transformações científicas, tecnológicas e econômicas, a educação passou a tomar outro padrão, o ensino seria necessário, pois o novo sistema produtivo inserido requeria pessoas habilitadas e qualificadas para que pudessem se desenvolver. (apud, GONDIM, 1998, p.299).

Na década de 1990 a reestruturação produtiva do capitalismo apontava para novas mudanças na qualificação profissional, atingindo as estruturas da sociedade. Neste período, o Brasil assistia a subordinação do capital internacional e as transformações que ocorriam no mercado em função da globalização. As consequências destas transformações foram sentidas pelo mercado de trabalho que presenciava uma elevação no desemprego e a precarização do trabalho. Na passagem do século XX para o século XXI, o capitalismo se adequava a flexibilização do trabalho e tinha como principal papel preparar os trabalhadores para a modernidade tecnológica e de informatização, evitando a precarização das relações do trabalho como também a terceirização nos setores. (FARIA; LEÃO, 2007).

Segundo Faria e Leão (2007), o desenvolvimento do país estava nas mãos dos trabalhadores, que deveriam se qualificar nas especializações do trabalho, pois o trabalhador seria responsável pela empregabilidade. Na visão do governo, o emprego era decorrente do

nível de escolaridade e de aperfeiçoamento, responsabilizando o trabalhador por pertencer ou não ao processo produtivo.

Nas últimas décadas, as economias têm sido marcadas por mudanças estruturais, que ocorrem devido ao acirramento da concorrência intercapitalista e as inovações tecnológicas. As novas formas de produzir e de organizar a produção determinaram as alterações sobre as formas de emprego, e requerimentos de qualificação. A abertura da economia brasileira e a internacionalização abriram caminho para novos padrões de organização do trabalho e novas tecnologias.

O Brasil presenciava na década de 1990 a inserção de um novo estilo para o mercado de trabalho, que determinava novos padrões de desempenho e produtividade, o nível de escolaridade anterior dos profissionais da produção não era o suficiente para sustentar as novas tecnologias adquiridas. Mesmo países com a educação bem estruturada, necessitaram se qualificar. Devido a isso, o Brasil necessitou tomar medidas na área da educação que se apresentava em crise. Incentivando a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis, disponibilizando o ensino técnico-vocacional a rede pública, atendendo a demanda produtiva. (SALM; FOGAÇA, 1998).

Nas décadas de 1980 e 1990 os sindicatos brasileiros de base industrial reivindicaram melhores salários e acesso a cursos profissionalizantes do SENAI para trabalhadores homens, mulheres e deficientes. A reivindicação dos sindicatos ocorreu devido à preocupação com as mudanças de modernização tecnológica que ocorreram nas fábricas, com isso foi exigido dos trabalhadores mais habilidade e competência. (LIMA; LOPES, 2005).

Segundo Lima e Lopes (2005) a partir das decisões dos sindicatos, foi desenvolvido o Programa Integrar, destinado a qualificação e educação integral de trabalhadores desempregados (PID), trabalhadores empregados (PIE) e dirigentes sindicais (PIFD), devido a baixa escolaridade dos trabalhadores brasileiros, proporcionando a base técnica e cultural.

Segundo Lima (1999) o descaso com os trabalhadores na escolha das políticas de qualificação e educação profissional, tanto em empresas privadas quanto pelo estado, tratam o trabalhador como um objeto, sendo que este deveria ser o sujeito na definição de diretrizes, conteúdos e métodos. (apud DEDECCA, 2005).

A criação do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) em 1990 previa financiar o seguro-desemprego, mas a partir deste fundo foram criados financiamentos para políticas de desenvolvimento do mercado de trabalho já que a crise do emprego assolava as estruturas do trabalho. As políticas se voltavam para intermediação de mão de obra, qualificação

profissional, com proposta de aumentar a geração de emprego e renda. (MORETTO; POCHMANN, 2008).

Em 1996 o Ministério do Trabalho e Emprego e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) implantou o Plano de Qualificação ao Trabalhador (PLANFOR), destinado a todas as regiões do país, propondo o gerenciamento de ações voltadas à qualificação dos trabalhadores de cada região com treinamento específico para cada operação, levando em conta as necessidades do mercado de trabalho regional. A Planfor propunha qualificar trabalhadores vulneráveis ao mercado de trabalho, com uma qualificação pública e gratuita. Neste período o país passava por um processo de reestruturação produtiva e era de suma importância à qualificação profissional, pois a conservação do trabalho e geração de renda contribuía para a elevação da produtividade e competitividade. O plano (PLANFOR) era sustentado pelo governo, e o Estado atuaria como intermediário para estabelecer políticas com a sociedade civil, que ficaria responsável em trazer os interessados junto ao projeto de qualificação. (BULHÕES, 2004, p.39-40).

Parcelas nunca inferior a 40% daqueles que se encontravam na condição de desempregados quando da realização dos cursos obtiveram ocupação após seu término e, dentre esses, expressivo grupo (que variou de 45,7%, em 1999, a 56,0%, em 1996) se inseriu em ocupações consideradas de qualidade: assalariamento com carteira assinada no setor privado e assalariamento no setor público. Além disso, entre aqueles que se encontravam ocupados durante os cursos, a maioria (variando de 78,3%, em 1997, a 88,1%, em 2000) manteve-se ocupada após o curso⁷. (BULHÕES, 2004, p.41).

Segundo Bulhões (2004), a implantação do plano (PLANFOR) agiu positivamente, houve maior ingresso de mulheres, jovens e afrodescendentes nos setores de ocupação do mercado de trabalho, além de influenciar os trabalhadores a procurar novos cursos de qualificação profissional. A proposta da PLANFOR não foi somente qualificar e desenvolver habilidades, foi também propiciar aos trabalhadores a chance de voltar a escola, fornecendo os níveis básicos de educação, ensino fundamental e médio, através do supletivo. Estudiosos criticaram o plano devido aos cursos não se enquadrarem nos padrões internacionais com carga horária de 100 horas, consideradas suficientes para a formação. Os cursos isolados possuíam apenas 65,3 horas, o que foi considerado pouco pelos alunos para o desenvolvimento das habilidades e insuficiente para os estudiosos por favorecer o uso de mão de obra barata.

⁷ A pesquisa de acompanhamento dos egressos dos cursos, no Rio Grande do Sul, foi realizada seguindo orientação do MTE, no que se refere às edições do plano de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000. (apud BULHÕES, 2004).

Em 2002 o novo governo eleito propunha desenvolver um novo processo de desenvolvimento econômico mais eficaz, com padrão internacional, inserindo a população excluída ao desenvolvimento econômico do país, agindo democraticamente nos diversificados segmentos da sociedade. Em 2003 como política de qualificação profissional o novo governo federal criou o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que foi implantado em 2004. O PNQ aderiu aos segmentos de sucesso da PLANFOR, mantendo como público alvo, os trabalhadores sem ocupação, inserindo ao plano os trabalhadores rurais, autônomos e associações cooperativas de autogestão. O novo plano teve seus objetivos principais a serem superados, dentre os quais se destacaram a integração com programas e projetos financiados pelo FAT, como reduzir o desemprego e subemprego, aumentar o nível de escolaridade de trabalhadores, especialmente de jovens e adultos, reduzir a pobreza, reduzir as taxas de rotatividade e elevar a produtividade. (BULHÕES, 2004).

De acordo com Moraes (2005) a intenção do PNQ foi promover um programa de qualificação social designado como direito, voltado para a política pública de desenvolvimento econômico, promovendo a geração de trabalho e renda. De tal forma que a qualificação esteja associada ao trabalho, educação e desenvolvimento, articulando políticas que agem no campo social e profissional, permitindo o acesso e atuação do cidadão no mundo do trabalho.

Dentre outras questões sociais, o PNQ propunha reduzir as desigualdades sociais na geração do trabalho sustentável, reduzindo as desigualdades regionais, promovendo a cidadania e a democracia. O PNQ tinha como objetivo desenvolver ações sociais, de ocupação e profissão dos trabalhadores.

Moraes (2005) aborda as contribuições que o plano previa:

O plano Nacional de Qualificação se articula com vistas a contribuir para:

- a) a formação dos trabalhadores brasileiros;
- b) o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente;
- c) a elevação da escolaridade dos trabalhadores;
- d) a inclusão social, redução da pobreza, combate a discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações;
- e) o aumento de probabilidade de permanência no mercado de trabalho e elevação de produtividade. (p.27)

A Política Pública de Qualificação era de acesso universal, por isso priorizava o atendimento àqueles que eram alvos de discriminação e exclusão social, considerados vulneráveis economicamente e socialmente:

Moraes (2005) destaca:

- a) trabalhadores do Sistema Público de Emprego (SPE) e da Economia Solidaria; trabalhadores rurais;
- b) pessoas que trabalham em condições autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada;
- c) trabalhadoras domésticas;
- d) trabalhadores ligados às áreas de reestruturação produtiva;
- e) pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social das quais fazem parte beneficiários de ações afirmativas de combate á discriminação – gênero e etnia; trabalhadores (as) em situação especial;
- f) trabalhadores de setores de utilidade publica;
- g) trabalhadores ligados a setores com potencialidade de desenvolvimento e geração de emprego e renda;
- h) gestores de políticas públicas. (27-28)

Dando maior atenção aos trabalhadores de baixa renda e escolaridade, estas populações são consideradas mais sujeitas as distintas formas de discriminação social, com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho, destacam-se entre estes, desempregados de longa duração, afrodescendentes, índios, mulheres, jovens, portadores de necessidades especiais e pessoas com mais de 40 anos.

Pochmann (2007) aborda como vem sendo tratadas as situações de educação e qualificação para o mercado de trabalho, que envolvem os jovens no Brasil, comparando o nível de evolução da educação e a participação escolar. Apesar do aumento da escolaridade entre os jovens foi constatado que o nível de ensino se encontrava abaixo da qualidade esperada, o que evidenciou o fracasso no sistema nacional de educação e integração social, evidenciando a crise no mundo do trabalho e nas questões educacionais.

É fundamental que o jovem se qualifique profissionalmente, pois sua atuação no mercado de trabalho demonstra o resultado das ações voltadas para a educação e a produção. Nas últimas décadas as dificuldades encontradas pelos jovens para ingressar no mercado de trabalho tornaram-se mais preocupantes, devido não estarem qualificados o suficiente. Os jovens de 15 a 24 anos representam 25% da população ativa, mas 50% desta força de trabalho encontram-se desempregados. (POCHMANN, 2004).

Pochmann (2009) destaca que a evasão escolar é um fator de decadência da qualificação profissional. A maioria dos jovens que estudam e trabalham, não conseguem ter um bom rendimento na escola e acabam desistindo de estudar para complementar a renda familiar e manter o trabalho, deixando de lado a busca pela qualificação profissional. Com isso incide maior número de vagas no mercado de trabalho que não são preenchidas por falta de mão de obra qualificada.

No ano de 2005, a população na faixa etária de 15 a 24 anos alcançou 35,1 milhões de pessoas, o que representou 19% do total da população brasileira. Do conjunto dos jovens, 65,3% eram ativos no mercado de trabalho (na condição de ocupado ou de desempregado) e somente 46,8% estudavam [...] observa-se também que o avanço de 39,4% na quantidade de jovens que passaram a estudar entre 1995 e 2005 não implicou redução na taxa de atividade juvenil no interior do mercado de trabalho [...] o jovem buscou elevar a escolaridade combinando com a atividade laboral, indicando que o Brasil tem jovens que trabalham e estudam, ao contrário da tendência dos países desenvolvidos de postergação do ingresso juvenil no mercado de trabalho para ampliação da escolarização. Para muitos jovens, quando não há trabalho, tampouco pode haver acesso à escola, tendo em vista a ausência de financiamento dos custos vinculados à educação para alguém com mais de 15 anos de idade. (POCHMANN, 2007).

Segundo Pochmann (2012), as políticas públicas voltadas ao jovem no ingresso ao mercado de trabalho foram inseridas tardiamente e precariamente no Brasil. No final dos anos 1990 foi inserido o programa Agente Jovem, e em 2000 o programa Primeiro Emprego, que foi considerado um fracasso. A estabilidade só foi alcançada mais tarde com a chegada do programa Pro-Jovem.

Pochmann (2012) aborda:

Tendo em vista o enorme desafio atual de conceder maior atenção à problemática da inclusão juvenil no Brasil, torna-se fundamental a temática educacional, especialmente aquela atinente às condicionalidades que afetam a trajetória das condições de vida do segmento social de 16 aos 24 anos de idade. Inicialmente, percebe-se que, dos 29,3 milhões de jovens na faixa de 16 a 24 anos de idade, somente 32,4% mantinham-se afastados do mercado de trabalho no ano de 2008. Deste universo de 9,5 milhões de jovens inativos, 59% somente estudavam, enquanto 41% não estudavam, não trabalhavam e nem procuravam trabalho (3,9 milhões). (p. Web)⁸

Segundo Pochmann (2012) os jovens não conseguem manterem-se no mercado de trabalho e nos estudos, devido a dificuldade de conciliar elevadas horas de trabalho com os estudos, por isso optam apenas por trabalhar, deixando de lado a escola. Por mais que a educação se universalize e melhore em seus padrões de qualidade, não será possível atingir todas as classes com educação enquanto prevalecer a desigualdade de renda. Pode-se considerar que o nível de renda afeta a estrutura da educação.

De acordo com Pochmann e Moretto (2008), a qualificação está diretamente ligada a política de educação profissional, e não apenas direcionada ao mercado de trabalho, quanto melhor for a qualidade da educação direcionada à qualificação profissional, mais fácil será a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, principalmente aos mais jovens que passam da fase dos estudos para a função ocupacional. A inclusão social e ampliação da escolaridade

⁸ Disponível em <http://revistaforum.com.br/marciopochmann/2012/03/23/educacao-para-uma-nova-sociedade/>.

para os jovens de baixa renda toma aspecto positivo, pois, o jovem passa a se qualificar em uma ocupação entrando mais tarde no mercado de trabalho, aliviando a pressão que ocorre no campo ocupacional.

A baixa qualificação profissional se tornou um problema para a formação do trabalho, limitando o desenvolvimento econômico do país e gerando barreiras no ingresso e mobilidade dos trabalhadores. As medidas para conter a instabilidade monetária e financeira nos anos de 1990 e 2000 provocaram a retenção do crescimento econômico e conseqüentemente a queda dos índices de produtividade do país, repercutindo negativamente sobre o mercado de trabalho, acentuando os problemas históricos acumulados pelo desemprego. A rotatividade, baixos salários, autoritarismo nas relações de trabalho e informalidade, acentuaram a escassez de mão de obra no Brasil.

No final de 1998 o país presenciava um ambiente macroeconômico assinalado pela sobrevalorização cambial e diferencial positivo. A elevação da taxa de juros doméstica e internacional fez com que o mercado de trabalho nacional se deteriorasse, aumentando o desemprego e a informalidade⁹, como consequência houve uma brusca queda na renda média dos trabalhadores. De 1999 a 2003 com a política restritiva de câmbio semiflutuante, superávits fiscais generosos, taxas de juros elevadas e metas rígidas de inflação, o comércio da economia internacional se fortaleceu, reduzindo as taxas anteriores de desemprego e de informalidade no mercado de trabalho, mas mesmo assim o nível da renda real ainda era preocupante, pois continuava a ocorrer queda de renda nas categorias ocupacionais. (CARDOSO, 2007, pag. 15).

Cardoso (2007) destaca que a melhora no nível de rendimento começou a ocorrer a partir de 2001. De 2004 a 2006 o comércio exterior estava com força total, reduziu-se a taxa de juros interna, aumentando a modalidade de créditos, houve aumento do salário mínimo diante da inflação. Com isso o desenvolvimento das políticas sociais reagiu positivamente sobre o mercado de trabalho, reduziu-se a taxa de desemprego aberto, diminuindo o grau de informalidade das relações de trabalho e de desproteção previdenciária contribuindo para reduzir as desigualdades de renda.

Pode-se verificar que entre 1995 e 1999 a taxa desemprego cresceu 62,6%, neste período o país foi marcado por forte desvalorização cambial e bruscas quedas nas taxas de

⁹ De acordo com Cardoso (2005) são consideradas informais atividades realizadas por autônomos não assalariados, que trabalham fora da legalidade, às ocupações são de baixa qualidade e inserção profissional, por ser ilegal a informalidade não dispõe de legislação previdenciária que garante direitos sociais, para ter acesso a os recursos previdenciários, os trabalhadores devem estar registrados em carteira de trabalho de vínculo compulsório a previdência.

juros nacionais e internacionais. Em 2001 a taxa de desemprego foi reduzida a 10% ao ano, neste período ocorria uma melhor distribuição nos rendimentos, no período de 2001 a 2005 comparado a 1995 a 1999 a população ocupada teve aumento de duas vezes e meio. O processo de globalização influenciou na reestruturação produtiva e organizacional, as políticas domésticas contencionista pesaram negativamente na área de ocupação em parte do período de 1995 a 2005.

Segundo Muller (2011), presidente da Federação de indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) há grande preocupação no preenchimento de vagas para diversos setores nas empresas, a falta de trabalhadores qualificados compromete a execução de obras, falta profissionais qualificados desde área de construção civil até cargos executivos de gerencia e de tecnologia. Este déficit enfrentado pelas empresas representa um travamento de crescimento econômico, pois as empresas necessitam se projetarem para seus negócios futuros. (MULLER, 2011, pag. 38). Para os jovens a única oferta na construção civil é a ocupação de servente de pedreiro, pois ainda possuem pouca experiência, muitos almejam mais, por isso optam por profissões autônomas como motoboy, que oferecem melhores salários e carga horária de serviço reduzida. Segundo pesquisa divulgada pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) o jovem do setor de construção civil tem deixado de lado a área para adquirir o próprio negócio, devido ao baixo salário pago nas construções, média de R\$ 933,00. A mão de obra jovem procura evoluir dentro de suas possibilidades por isso optam em adquirir o próprio negócio.

A escassez de mão de obra na área tem como característica os fatores mencionado anteriormente, mas ocorre também devido aos trabalhadores terem mais de 30 a 40 anos de serviço, envelhecendo a mão de obra e agravando a situação do setor civil. Marques (2011) Destaca-se a preocupação com a escassez da mão de obra e a implantação tecnológica “Talvez o caminho seja uma maior automação dos serviços, com utilização de mais maquinário e menos mão de obra” (MARQUES, 2011). No contexto citado conclui-se que o trabalhador braçal da área civil não esta se qualificando, e a busca dos jovens para a qualificação profissional e formação técnica se encaminha por outras áreas piorando a demanda por mão de obra. Com o déficit de profissionais qualificados ocorre carência de cargos operacionais e funções estratégicas, implicando no desenvolvimento do planejamento de negócios. Os desequilíbrios entre vagas a serem preenchidas e profissionais com pouca qualificação geram desestrutura no pagamento de salários.

Em contexto geral Kumar (1997) destaca que a sociedade contemporânea se caracteriza pela fragmentação e sentido de pluralismo. O pós-fordismo esta voltado para

produção diversificada para mercado diversificado, que associa o desenvolvimento tecnológico e a globalização da economia como suporte de desenvolvimento, devido a isso empresas procuram manterem-se em competitividade de mercado, para isso necessitam ser flexíveis, se atualizando diante da tecnologia, capacitando, e contratando mão de obra qualificada, Harvey (1997), aborda “todas essas mudanças organizacionais aceleraram a desqualificação e requalificação necessárias ao novo trabalhador. Enfim, as empresas demandam por um trabalhador flexível, criativo, mais autônomo e em constante processo de requalificação”. Por isso, há necessidade de que o Brasil se adapte as novas mudanças tecnológicas, onde os profissionais possam manter alto poder de qualificação, para cumprir a demanda da produtividade.

O mercado mundial desempenha papel decisivo no andamento das políticas sociais, econômicas e de educação do Brasil. Segundo o governo, o país deve se desenvolver em sintonia com as outras nações, e se modernizar na área da educação, conforme a indústria e manter a diversificação, eficácia e competência. Estas regras soam como palavras de ordem, com a tendência de se manterem. (SANTOS; ANDRIOLI, 2005).

De acordo com Santos e Andrioli (2005) “[...] ao se regular segundo a lógica da competição, não estaria a escola esvaziando seu sentido, ou contradizendo seu papel?”.

A educação como prioridade nacional, deve continuar investindo na formação integral do indivíduo, tanto no âmbito pessoal como no profissional, cumprindo assim seu papel social.

Com isso, haverá diminuição das desigualdades sociais, aumentando as oportunidades de trabalho e produtividade, com maior desenvolvimento da economia do país, melhoria na distribuição de renda, aproveitamento das riquezas geradas, e como consequência a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

CONCLUSÃO

Como mostrado ao longo desta monografia, nas últimas décadas do século XX profundas mudanças marcaram o mundo do trabalho. As mudanças são relativas ao processo de globalização e a nova estrutura do capitalismo mundial. O modo de produção capitalista passa por modificações voltadas ao ideário neoliberal.

Junto da ascensão do neoliberalismo, o papel do Estado foi mudado e a organização da economia mundial também. O capital passou a assumir um papel fundamental na reorganização da economia mundial, estas são consideradas como características das atuais transformações do mundo do trabalho.

As mudanças no cenário internacional são relativas aos movimentos da globalização do mercado, nos meios de comunicação e informação. Estas novas mudanças exigem que o trabalhador se adapte as inovações do mundo do trabalho, caracterizadas como flexibilização, desregulamentação e precarização das condições do trabalho.

Pode se sintetizar, que as mudanças ocorridas referem-se de acordo com o desempenho da estrutura social. A economia globalizada é precursora de diversos fenômenos de caráter mundial e social. Aparentemente destaca-se a desigualdade entre grupos, exclusão e divisão daqueles considerados aptos ou não ao novo mercado de produção.

Com o mercado do trabalho mais diversificado e amplamente concorrido devido à revolução tecnológica, as transformações nas relações do trabalho foram inevitáveis, caracterizando maiores exigências de qualificação profissional. As questões relativas ao processo de qualificação são tratadas com maior importância, devido ao mundo globalizado que presencia um mercado altamente competitivo. O aumento da concorrência capitalista mundial fez com que as economias passassem por um processo de reestruturação produtiva, alterando as formas produtivas, exigindo das empresas mão de obra qualificada. Para que as empresas concorressem de acordo com o padrão mundial, as mesmas adotaram o sistema de produção flexível, inspiradas no Toyotismo, que substituiu o modelo fordista de produção. As características principais deste sistema baseavam-se em inovações tecnológicas, estas fundamentais para a existência deste novo modelo de produção, demandando trabalho qualificado nas áreas de microinformática e na entrada de novas quantidades de informação. Este processo fez com que as economias mundiais pudessem responder às novas demandas do capitalismo global, e também foi responsável por causar sérios impactos sobre o mercado de trabalho.

No Brasil, os efeitos da globalização e das demais mudanças internacionais afetaram a estrutura do trabalho, apresentando desemprego e precarização da força de trabalho. Ocorreu aumento da terceirização das atividades, aumento da flexibilização dos contratos de trabalho e aumento da taxa de informalidade dos trabalhadores. A década de 90 o Brasil foi marcado pela mais grave crise de emprego, onde se registraram os mais altos índices de desemprego.

Para amenizar a crise nos empregos e precarização das condições dos trabalhadores, e atualizar os trabalhadores a modernização tecnológica, os sindicatos brasileiros reivindicaram do governo, empresas e entidades educacionais projetos voltados à qualificação profissional, formação da mão de obra, geração de emprego e renda.

Com base em dados levantados sobre as atividades das ocupações, o governo criou o FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador, este fundo era responsável pelo financiamento de projetos voltados a qualificação profissional. Através do FAT foram implantados projetos como a PLANFOR destinado a qualificação profissional específica para cada região. Destaca-se também o PNQ (Projeto Nacional de Qualificação) extensão do PLANFOR. O PNQ manteve a base da Planfor direcionada para qualificação profissional, como diferencial direcionou o projeto a bases mais vulneráveis do mercado de trabalho, como trabalhadores afrodescendentes, índios, mulheres, jovens, portadores de necessidades especiais, etc.

Outro fator importante a destacar, é a participação da mão-de-obra jovem no mercado de trabalho e sua formação profissional. Fato que esta diretamente associado a qualidade da educação básica. Dados apresentados apontaram que o maior percentual de desempregados é de jovens, e aqueles que atuam no mercado de trabalho encontram-se em baixa qualificação tornando as forças do trabalho precárias. As políticas nacionais, Agente Jovem, Programa Primeiro Emprego e Pró-jovem foram implantados para fim de amenizar o déficit que ocorria neste campo do mercado de trabalho. Com isso, ocorreu uma melhora no nível de qualificação do jovem e inserção no mercado de trabalho. Mas ainda a muito a ser investido na área de formação e profissionalização do trabalhador nacional.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de reflexão e elaboração de propostas a fim de encontrarmos soluções para que os jovens sejam bem sucedidos como profissionais de sucesso nas relações de trabalho. Mas, apesar de todos os esforços das competências nacionais, como por exemplo, o projeto de ensino profissionalizante inserido nas escolas de ensino médio a partir de 2012, o Brasil precisa acelerar seus passos nos avanços da modernidade (mundo globalizado), pois a tecnologia caminha a uma velocidade maior que o tempo possa alcançar.

Deste modo, destacamos a importância de desenvolver projetos direcionados as diferentes realidades sociais, através do comprometimento dos governantes, entidades sociais, empresas privadas e públicas, escolas e universidades, além da participação coletiva da sociedade em geral.

Além disso, deve-se dar especial atenção ao trabalho das escolas de ensino fundamental e médio, pois estas são consideradas fundamentais na educação e formação do indivíduo, possibilitando assim a qualificação em primeiro lugar, para que depois possa se enfrentar com segurança o mercado de trabalho.

Para tanto, faz-se necessário uma avaliação e reformulação periódica dos currículos escolares, além da melhoria estrutural das escolas, buscando maior qualificação e aumento dos recursos humanos e financeiros, para que o aluno não saia despreparado dos bancos escolares, e possa enfrentar situações no seu dia a dia, como uma universidade, ou até mesmo as exigências do mundo do trabalho.

Podemos concluir que o ensino de qualidade ofertado pelas escolas, é de fundamental importância para a formação intelectual do homem, e conseqüentemente, sua atuação no mercado de trabalho como profissional competente, capaz de contribuir para evolução nacional no processo de globalização.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O Toyotismo. “Momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva.** In: ALVES, Boitempo: São Paulo, 2000. Cap.I. p. 29-64.

_____. **Desenvolvimento capitalista e reestruturação produtiva: uma perspectiva histórica.** In: ALVES, Giovanni. Boitempo: São Paulo, 2000. Cap. IV. p. 101-119.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil.** Boitempo: São Paulo, 2000. Cap.X.p. 247-271.

_____. **Reestruturação Produtiva, Novas Qualificações e Empregabilidade.** Disponível em: < http://www.giovannialves.org/Capitulo%2010_texto.pdf>. Acesso em: 15 maio 2012.

ANÁLISE DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD: 2005. – **Mercado de trabalho.** Brasília: MTE, AI, 2007. 193 p. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/Livro1_MercadoTrabalho.pdf>. Acesso em: 04 abril 2012.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A era da informatização e a época da informalização: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil,** São Paulo: Boitempo, 2006 cap.1, p.15-25.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. Disponível em: <<http://www.ajlas.org/v2006/paper/2005vol18no405.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. **Século XXI:** nova era da precarização estrutural do trabalho? Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 335. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 28 abril 2012.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio, **Alguns Desafios Do Mundo Do Trabalho.** Disponível em: <<http://www.saudeetrabalho.com.br/download/desafios-pochmann.pdf>>. Acesso em: 02 abril 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **Globalização e desenvolvimento desigual.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1, Ago-Dez (2007).

BALTAR, P.; KREIN, J. D.; MORETTO, A. **O emprego formal nos anos recentes.** Carta Social e do Trabalho. Campinas: Unicamp. IE. Cesit, n. 3, 2006.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa.** Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/09/Planoda-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2012.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul.** São Paulo em Perspectiva, 18(4) 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a06v18n4.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2012.

CADERNOS RUTH CARDOSO. v. 2, n. 2. (ago. 2011). - São Paulo: Centro Ruth Cardoso, 2010. 148p. Disponível em: <http://www.centroruthcardoso.org.br/boletim/maisdocentro_21.html#documentos>. Acesso em: 04 abril 2012.

CAMARGO, Caroline Leite de. **Globalização e os problemas mundiais.** Revista Jus Vigilantibus, Quinta-feira, 13 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://jusvi.com/pecas/28298>>. Acesso em: 27 abril 2012.

CARIO, Silvio Antônio Ferraz. **Desenvolvimento Socioeconômico.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

CASTELLS, Manuel **A sociedade em rede.** Tradução: Roneide Venâncio Majer. 8ª edição – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CESIT. **Carta Social e do Trabalho**, n. 3 – jan./abr. 2006.

COMUNICADOS DO IPEA. **Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil: projeções para 2011.** Comunicado nº 89. Abril 2011. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 03 novembro 2011.

DESOUX, Francine. **Estamos contratando.** Revista da federação do Comercio de Bens e Serviços. Rio Grande do Sul, n.77, p. 27-31, set, 2011.

DIEESE. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho.** São Paulo: DIEESE, 2011. 128 p. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livroRotatividade11.pdf>>. Acesso em: 04 abril 2012.

FARIA, Simone Menezes de; LEÃO, Inara Barbosa. **ALGUNS ASPECTOS DA HISTÓRIA DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL A PARTIR DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA.** Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT2%20PDF/ALGUNS%20ASPECTOS%20DA%20HIST%20D3RIA%20DA%20QUALIFICA%20C7%20C3O%20PROFISSIONAL%20NO%20REPE TIDO.pdf>. Acesso em: 03 maio 2012.

FAVERO, Altair A; GABOARDI, Ediovani A. **Apresentação de trabalhos científicos, normas e orientações práticas.** 4. ed. rev. e ampl. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2008.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários.** Estudos de Psicologia 2002, 7(2), 299-309. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a11v07n2.pdf>>. Acesso em: 24-08-2011

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; ROCHA, Maria Aparecida Marques de. **Transformações no mundo do trabalho: repercussões no mercado de trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS.** *Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 23-41. jan./jun. 2008.*

IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Normas de apresentação tabular**/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 3.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 62 p.

IPEA. Mercado de trabalho. **Análise do mercado de trabalho.** Ano 48, agosto, 2011.

LIMA, Antonio Almerico Biondi; LOPES, Fernando Augusto Moreira. **Diálogo social e qualificação profissional:** experiências e propostas. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005. 39 p. – (Construindo diálogos; v. 1).

LINO, Domingos; DIAS, Elizabeth Costa. **Texto:** A Globalização da economia e os impactos sobre a saúde e segurança dos trabalhadores, 2001. Disponível em: <www.saudeetrabalho.com.br/download/global-lino.doc>. Acesso em: 15 abril 2012.

NEVES, José. L. (s.d.). **Pesquisa qualitativa:** características, usos e possibilidades. Mestrando do curso de pós graduação em administração de empresas-FEA-USP , p1. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 15 março 2012.

MARZULLO, Juliana. **Segmento de Peso.** Fenacon: Brasília, p.13, ano 13, n 147 set-out, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Índice de Pesquisa Econômica Aplicada. Notas Técnicas nº 47. Mercado de Trabalho, maio 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt_47_completo.pdf>. Acesso em: 05 março 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Índice de Pesquisa Econômica Aplicada. Notas Técnicas nº 49. Mercado de Trabalho, nov. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt49_completo.pdf. Acesso em: 05 março 2012.

NEUTZLING, Inácio. **A crise da sociedade do trabalho.** Cadernos IHU em formação. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/formacao/005cadernosihuemformacao.pdf>> . Acesso em: 30 abril 2012.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Evolução econômica do capitalismo contemporâneo.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

PACTO GAÚCHO CAPACITA PROFISSIONAIS. Indústria em ação. Rio Grande do Sul, ano5, n.58, p.22, set,2011.

PINHEIRO, Ana Paula Gonçalves Varca. **A mão-de-obra como barreira ao Desenvolvimento Empresarial.** Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do Grau de Mestre. Rio de Janeiro 2004.

POCHMANN, Márcio. **Desempregados do Brasil**. Capítulo 4, In. ANTUNES, R. (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2006.

_____. **A retomada do emprego numa economia em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_631.pdf>. Acesso em: 03 agosto 2011.

_____. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites**. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf>. Acesso em: 04 agosto 2011.

_____. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/educacao-e-trabalho>>. Acesso em: 10 novembro 2011.

_____. **Escassez da força de trabalho qualificada**. Mundo do trabalho. Revista Fórum. Maio, 2011. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/marciopochmann>>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. **Globalização, Concorrência e Trabalho**. Cadernos do Cesit. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1967&tp=a>>. Acesso em: 01 maio 2012.

POLÍTICAS SOCIAIS – Acompanhamento e Análise. Nº 15. Mar. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/16_completo15.pdf>. Acesso em: 22 março 2012.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização Econômica e Vulnerabilidade Externa**. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/globalizacaoeconomica.pdf>>. Acesso em:

REVISTA DO SESCON RS. **Qual o perfil do profissional da nova geração**. Rio Grande do Sul, ano 14, n.57 /06, p.12 - 15. Set, 2011.

REVISTA DOSSIÊ GLOBALIZAÇÃO. Estudos Avançados 11 (29), 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a17.pdf>>. Acesso em: 27 abril 2012.

REVISTA VOTO. **Política Cultura e Negócios**. Artigo: Brasil se aproxima de apagão de Mao de obra. Porto Alegre. Ano 7.

RITTER, Carolina. **O Mercado de trabalho para o adolescente em conflito com a lei: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo Ângelo**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Servico_Social/72200-CAROLINA_RITTER.pdf>. Acesso em: 15 maio 2012.

RITTER, Carolina; REIS, Carlos N. **Mercado de trabalho para jovens e egressos do sistema de atendimento ao adolescente em conflito com a lei: uma experiência na perspectiva da economia solidária no município de Santo Ângelo**. Disponível em: <www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos>. Acesso em: 15 maio 2002.

SALM, Cláudio L; FOGAÇA, Azuete. **Tecnologia, Emprego e Qualificação: Algumas lições do Século XIX.** Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/tecnologia_emprego_e_qualificacao_algumas_licoes_do_seculo_xix.pdf>. Acesso em: 14 setembro 2011.

SANTOS, Robinson dos; ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar!** . 2005. Disponível em: <http://www.rioei.org/edu_des2.htm>. Acesso em: 27 abril 2012.

SANTOS, Tania Steren dos. **Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital.** Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 170-198. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5769>>. Acesso em: 26 maio 2012.

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho: Movimento de trabalhadores e globalização desde 1870.** 1ª edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

SINGER, Paulo. **As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária.** Proposta Nº 97. Jun/Ago de 2003. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta97/paulsinger97.pdf>>. Acesso em: 25 abril 2012.

THERBORN, Göran. **Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento.** Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 122-169. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a07n6.pdf>>. Acesso em: 15 abril 2012.

VASAPOLLO, Luciano. **o Trabalho atípico e a precaridade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista.** Capítulo 3, In. ANTUNES, R. (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2006.

XAVIER, Mauren. **Brasil se aproxima do apagão de mão de obra.** Voto, política, cultura e negócios. São Paulo, ano 7, n.80, p.38-40, ago, 2011.

ZANELLA, Liane Carley Hermes. **Apostila Técnicas de Pesquisa em Economia.** Florianópolis, 2011.